

Ata número seis

Aos sete dias do mês de Outubro de dois mil e quinze, pelas dezasseis horas, na cidade de Viana do Castelo, no Salão Nobre da Câmara Municipal, realizou-se uma reunião do Conselho Municipal de Educação, sob a presidência de Maria José Guerreiro, que contou com a presença de vinte conselheiros e a falta de seis, (conforme registo de presenças anexo), com a seguinte ordem de trabalhos:

- 1. Leitura e aprovação das atas das reuniões de 6 e 20 de Maio de 2015;**
- 2. Balanço do arranque do ano letivo 2016/2016, pelos representantes da DGEstE e da Câmara Municipal;**
- 3. Carta Educativa;**
- 4. Outros assuntos.**

Antes de se entrar na ordem de trabalhos, a Conselheira Manuela Marques referiu que, embora transmita aos elementos que representa, docentes de 2º ciclo, todos os desenvolvimentos e assuntos abordados no CME, não tem qualquer feedback por parte dos colegas, com efeito, tem dúvidas se a comunicação está a ser eficaz.

Presente a ordem de trabalhos, não foi a mesma objeto de qualquer proposta de alteração pelos presentes.

Leitura e aprovação das atas das reuniões de 6 e 20 de Maio de 2015: Após a leitura integral dos textos das atas, a Conselheira Teresa Gonçalves questionou se a

terminologia de secundário regular e profissional utilizada na proposta de monitorização da carta educativa para distinguir os cursos científico - humanísticos dos profissionais seria a mais adequada.

O Diretor do Agrupamento de Lanheses referiu que é gritante e injusto a aplicação de critérios diferenciados, no que se refere à afetação de recursos humanos no ensino secundário. Referindo o caso em que as turmas dos cursos profissionais com alunos NEE têm uma redução para 20 alunos/por turma e as turmas dos cursos científicos – humanísticos, com alunos com NEE, não têm qualquer redução, podendo ser constituídas até 30 alunos/ por turma.

A Dr. Maria de Lurdes Godinho, representante da DGEstE, na ausência do Sr. Delegado, tomou nota das duas observações e garantiu que serão transmitidas ao Sr. Delegado.

A Presidente do Conselho Municipal da Educação submeteu-as à votação, tendo sido aprovadas com 7 abstenções, em cada uma delas, de conselheiros que estiveram ausentes nas reuniões.

Em conformidade com o segundo ponto da ordem de trabalhos, a presidente do CME passou a palavra à representante da DGEstE para que procedesse ao **Balanço do arranque do ano letivo 2015/2016**.

A conselheira comunicou aos presentes que o arranque do ano decorreu com normalidade e que toda a equipa procura responder às solicitações com a maior brevidade possível. Informou ainda que, no presente ano letivo, não estão previstos movimentos de rede, que o processo de afetação de pessoal não docente, de acordo com os rácios definidos, está concluído. Deu ainda nota que se continua a verificar uma diminuição do número de alunos nos primeiros ciclos com reflexo no ensino secundário.

Todavia, em alguns ciclos, pontualmente, verificou-se um aumento de alunos e turmas. Por último, referiu que o apoio a crianças com NEE se processou com normalidade.

Terminada a intervenção da Dr.^a Maria de Lurdes Godinho, a Dr. Maria José comunicou à representante da DGEstE que é urgente o agendamento de uma reunião da CAP para se analisar algumas situações do âmbito do Contrato de Transferência de Competências, nomeadamente no que se refere à manutenção dos edifícios e à disparidade do horário laboral das 35 horas para os trabalhadores da autarquia e 40 horas para os trabalhadores do MEC. Reiterou a necessidade de harmonizar a situação do pessoal não docente a exercer funções nos “mega agrupamentos” recentemente criados pelo MEC.

O Dr. Agostinho manifestou algum desagrado relativo à constituição de uma só turma em Santa Leocádia, composta por 20 alunos, 4 dos quais são condicionais. Sobre esta matéria, o Diretor do AE de Arga e Lima comunicou que, pese embora o MEC não ter autorizado a criação de duas turmas, na prática, o AE disponibilizou dois docentes para o desenvolvimento do trabalho com aquela turma. Referiu ainda que a escola a tempo inteiro é um conceito impraticável sobretudo nas escolas dispersas com uma vasta área geográfica e que, de acordo com o rácio, possuem apenas um auxiliar. Lamentou ainda que o serviço de atendimento telefónico do MEC seja excessivamente demorado e referiu a urgência na definição de novo critério de atribuição de passe escolar aos alunos do ensino secundário que frequentam, agora, o ensino obrigatório (universal e gratuito) e, no entanto, continuam a suportar 50% dos encargos com o transporte escolar. Por último, questionou o não cumprimento do acordo celebrado com o MEC e a CM Ponte de Lima sobre os alunos de Fontão e São Pedro de Arcos.

O conselheiro Júlio Viana informou que o problema de afetação de um docente por parte do MEC àquela Instituição subsiste, pese embora ser a única instituição acreditada pelo MEC, com 5 CAO em funcionamento, situação que é discriminatória face ao que se verifica na DGEstE Centro.

A Diretora do Agrupamento de Barroelas informou que o “Bloco D” da EB2.3/S de Barroelas carece de uma intervenção urgente nas coberturas. Alertou para a incapacidade do edifício suportar o inverno.

O Conselheiro Gaspar Lousinha manifestou o descontentamento por parte dos pais no arranque tardio do ano escolar. Solicitou, ainda, que as definições por parte do MEC, relativas ao ensino especial fossem acauteladas atempadamente, de forma a evitar constrangimentos no funcionamento das escolas que podem resultar no prejuízo de qualidade da escola pública.

A representante da Segurança Social referiu que o MEC ainda não indicou um representante da educação para integrar o protocolo do RSI.

A conselheira Maria de Lurdes Godinho informou que transmitirá ao Sr. Delegado todos os constrangimentos referidos pelos conselheiros.

A Presidente do CME informou sobre o mapeamento existente para intervenções de requalificação de escolas referindo as intervenções na EB23, Frei Bartolomeu / Carmo e a EB2,3/S de Barroelas; deu nota de que o arranque do ano letivo decorreu dentro da normalidade, do ponto de vista municipal. Informou que: no âmbito da ação social escolar, dos 2881 alunos do 1ºCEB, 590 foram abrangidos pelo escalão A e 580 pelo escalão B, na E.P.E das 1007 crianças, 158 estão abrangidas pelo escalão A e 228 pelo escalão B; no âmbito das Atividades de Animação e Apoio à Família, 551 crianças da

EPE usufruem do serviço, cujo encargo é assumida na íntegra pela Câmara Municipal; 1274 alunos participam no projeto de atletismo; 1620 alunos participam no projeto de natação; 1547 alunos participam no projeto das náuticas: Relativamente à patinagem referiu que ainda não há números exatos para apresentar, dado que se trata de um projeto em fase inicial.

Todas as crianças na EPE (52 grupos) participam, em período curricular, nas aulas de música, no âmbito do projeto de “iniciação à música” e 33 turmas do 1º CEB estão envolvidas no projeto no âmbito curricular da “expressão musical”. Estes dois projetos são dinamizados em articulação com a Academia de Musica Viana do Castelo, sendo o encargo suportado na íntegra pela autarquia.

O Diretor do Agrupamento de Arga e Lima deu nota de algum descontentamento pela ausência dos pais e alunos nos conselhos pedagógicos. No seu entendimento, é nesse órgão de reflexão que são tratadas o cerne das questões pedagógicas e considera lamentável a falta de expressão da representação da comunidade educativa. Informou ainda que considera uma ofensa a obrigatoriedade de apresentação do registo criminal. Esclareceu que a criação do CAF para o 1º CEB não é da responsabilidade do AE. A Dr. Maria José referiu que a criação desse serviço também não está prevista pela autarquia, sobretudo, por não possuir os recursos humanos e financeiros necessários, para o enquadramento da componente.

A Conselheira Manuela Marques informou que o arranque do ano letivo foi positivo, destacando que a intervenção realizada nos edifícios escolares foi do agrado da comunidade educativa. Referiu que a EBI do Calvário também carece de uma pintura e que as fotocopiadoras estão a necessitar de manutenção urgente.

Por último, o conselheiro Gaspar Lousinha referiu que a participação dos pais no Conselho Pedagógico era extremamente positiva, quer para o órgão quer para os pais. Referiu ainda que os Diretores no Conselho Municipal de Educação deveriam participar no CME essencialmente para refletir sobre as políticas educativas e que os outros assuntos deveriam ser tratados em sede própria.

Posteriormente, e em conformidade com o terceiro ponto da ordem de trabalhos, “**Carta Educativa**”, a presidente do órgão distribuiu pelos presentes as propostas previstas no documento elaborado pelo Dr. Rodrigo Meireles no âmbito da monitorização da carta educativa.

A presidente apelou à participação de todos e reiterou que as questões demográficas são comuns a todos os territórios. Referiu ainda que as propostas apresentadas se encontram numa fase inicial, colocadas neste órgão para discussão, reflexão e ponderação.

Sobre as propostas distribuídas teceram-se as seguintes observações:

- Agrupamento da Abelheira e Agrupamento de Monserrate- refletem estabilidade quer na oferta quer na procura;

-Agrupamento de Santa Maria Maior- A EBI do Carmo encontra-se no limite da sua capacidade, apresenta alguns problemas estruturais que não foram ainda abordados porque se aguardam definições do MEC/fundos comunitários relativos à intervenção na EB2.3 Frei Bartolomeu dos Mártires/Carmo.

-Agrupamento Pintor José de Brito – Revela grande abrangência do ponto de vista territorial. Importa refletir sobre a pertinência de se proceder ao reforço da EBI de Cardielos ou encaminhar alunos para Santa Marta de Portuzelo.

No seguimento da apreciação do documento distribuído previamente, a Diretora do AE Pintor José de Brito questiona as observações do Dr. Rodrigo Meireles ao indicar que a EBI da Meadela - Portuzelo tem folga e que na EBI de Nogueira e Outeiro, se mantêm enquanto respeitarem os limites mínimos. A Vereadora referiu que, embora não se esteja a tomar qualquer decisão, importa refletir se a EBI da Meadela Portuzelo deveria pertencer ao Agrupamento Pintor José de Brito. No seu entendimento, os pais dos alunos e crianças da EBI/JI de Portuzelo Meadela não terão interesse em colocar os seus filhos no Centro Escolar de Santa Marta. A Diretora referiu que seria improvável que os alunos do referido estabelecimento de educação fossem para a Abelheira. Sobre este assunto, o Dr. Isaiás deu nota da vontade da União de Freguesias da Cidade em que este estabelecimento integrasse outro Agrupamento.

Agrupamento de Arga e Lima – O encerramento da EBI da Torre pode ser um movimento da rede a efetuar a curto prazo. É necessário refletir sobre o cenário mais favorável para as escolas das Terras de Geraz, Deão e Deocriste. O professor Agostinho reforçou que é premente a correção da agregação de freguesias que, naquele território, veio fortalecer laços rivais e criar a entropia no sistema.

Agrupamento do Monte da Ola – A EBI/JI de Subportela regista um número reduzido de crianças e integra a União de Freguesias de Deocriste e Portela Suzã. Verifica-se a eventual necessidade de articulação entre a EBI/JI de Subportela e a EBI/JI de Deocriste, sem nunca perder de vista a possível existência de outras soluções organizativas diferenciadas. A Diretora do Agrupamento do Monte da Ola referiu que é necessário equacionar a situação da EBI/JI de Vila Fria que, embora em termos de administração escolar seja um único estabelecimento, na prática funciona em edifícios diferentes que distam cerca de 500m, considerando haver vantagens na sua rápida integração no edifício da EBI. Relativamente à proposta apresentada para o possível encerramento da

EBI/JI de Fieiros e integração dos alunos e crianças na EBI Foz do Neiva, a Diretora considerou que a transição dos alunos do 1º CEB seria pacífica, o mesmo poder-se-á não constatar na transição das crianças do JI, atendendo às capacidades infraestruturais da EBI. A Diretora referiu ainda que seria pertinente equacionar a criação de um JI na EBI de Chafé, pois a escola apresenta um decréscimo acentuado do número de alunos.

Sobres estas questões, Dr. Isaiás Alves salientou que, há 4 anos, a EBI de Chafé tinha cerca de 100 alunos e também não tinha JI. Considerou ainda que, a eventual integração do JI de Fieiros na EBI seria equacionável, atendendo ao número de turmas existente (18) e à capacidade do estabelecimento (24). Seria contudo necessário realizar um estudo cauteloso da atribuição/organização de salas/espços e do logradouro de recreio, para estas crianças.

Barroselas – Caso o número de alunos da EBI/JI de Carvoeiro diminua significativamente, as crianças e os alunos poderão ser acolhidos no CE de Barroselas. A Diretora referiu que esta proposta é expectável que se venha a concretizar a médio prazo

Por fim, e em conformidade com o último ponto da ordem de trabalhos, “Outros assuntos” o representante da Guarda Nacional Republicana informou que foram recebidas algumas denúncias relativas à eventual sobrelotação dos autocarros de transportes escolares. O conselheiro alertou que esta força de segurança vai levar a cabo algumas fiscalizações pelo que seria conveniente acautelar as transportadoras.

A Conselheira Manuela Marques e Conceição Costa questionaram sobre a data do arranque das atividades de música no EPE e no 1º CEB, ao que a Sr.ª Vereadora respondeu que seria na próxima 2ª feira, dia 12 de Outubro.

Atendendo à duração prolongada da reunião, a presidente do órgão informou que não havendo neste ponto da ordem de trabalhos nenhuma situação urgente a abordar pelo CME, daria por encerrada a reunião.

E nada mais havendo a tratar, deu-se por encerrada a reunião.